



*[Handwritten signature]*

**1.ª Comissão Permanente**  
**Finanças, Património e Recursos Humanos**

**5.ª Comissão Permanente**  
**Descentralização e Obras Municipais**

**PARECER CONJUNTO**

**Proposta n.º 273/2016**

**6.º RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PROCESSO DE**  
**REFORMA ADMINISTRATIVA DE LISBOA.**

A Comissão Permanente Municipal de Finanças, Património e Recursos Humanos e a Comissão Permanente Municipal de Descentralização e Obras Municipais reunidas conjuntamente em 27 Junho de 2016, após análise da Proposta n.º 273/2016 e tendo procedido à Audição do Vice-Presidente da Câmara Municipal e do Coordenador do Grupo de Acompanhamento e Monitorização da Reforma Administrativa de Lisboa, deliberaram elaborar o seguinte Parecer:

## PARTE I




### A. ANTECEDENTES

1. No âmbito do processo de reorganização administrativa, a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou a Deliberação n.º 6/AML/2014 em 21JAN14, na sequência da apreciação, em sede de 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes, das Propostas n.ºs 915/2013 e 916/2013 que coalesceram na Proposta n.º 4/2014 e bem assim das negociações com as Juntas de Freguesia e com os sindicatos representativos dos trabalhadores do Município.
2. A aludida Deliberação n.º 6/AML/2014 definiu, ao abrigo do disposto nos artigos 13.º, 15.º e 16.º da Lei n.º 56/2012, de 8NOV, o seguinte:
  - a. O elenco das missões de interesse geral da cidade, bem como dos espaços, vias e equipamentos estruturantes para Lisboa;
  - b. Os critérios de transição para as Freguesias de recursos humanos do Mapa de Pessoal do Município, acompanhando a atribuição de competências.
3. Em 10MAR14 foram subscritos pelas Freguesias e pela Câmara Municipal os Autos de Efetivação de Transferência de competências, tendo decorrido entretanto a 1.ª fase de transição de trabalhadores do Mapa de Pessoal do Município que manifestaram a vontade de transitar e que integraram a Lista nominativa do pessoal afecto aos serviços de higiene urbana e equipamentos, assim como os trabalhadores identificados pela Câmara, afectos a outras funções transferidas, num processo concluso em 15SET14 ficando ambas as fases de transição de recursos humanos completas ao abrigo do n.º 3 do art.º 16.º da Lei n.º 56/2012, tendo transitado 1270 trabalhadores para as 24 Juntas de Freguesia.
4. Em sessão realizada em 15JUL14, a Assembleia Municipal apreciou a Proposta n.º 278/2014 que submeteu o **1.º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa** elaborado pelo Grupo de Acompanhamento e Monitorização da Reforma Administrativa de Lisboa, produzindo em consequência a Deliberação n.º 166/2014.
5. Em sessão extraordinária realizada em 18NOV14 a Assembleia Municipal, produziu a Deliberação n.º 285b/2014, sobre a Proposta n.º 643/2014 contendo o

**2.º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa**, elaborado também por esse Grupo de Acompanhamento.



6. Em sessão extraordinária realizada no dia 10MAR15, a Assembleia Municipal apreciou o **3.º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa** elaborado pelo Grupo de Acompanhamento e que foi submetido à apreciação desse órgão deliberativo por força da Proposta n.º 49/2015.
7. Em sessão extraordinária realizada a 9JUN15 a Assembleia Municipal apreciou o **4.º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa**, submetido a esta Assembleia sob a forma da Proposta n.º 262/2015.
8. Em sessão extraordinária realizada a 26JAN16 a Assembleia Municipal apreciou o **5.º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa**, submetido a esta Assembleia sob a forma da Proposta n.º 777/2015.
9. Desta última apreciação resultou a Deliberação n.º 17/AML/2016, publicada em Boletim Municipal n.º 1145, no qual se conclui e recomenda à Câmara Municipal que:
  - 9.1 Em cumprimento da Recomendação n.º 4, ínsita no 3.º Relatório de Monitorização da Reorganização Administrativa, foi já subscrita a totalidade dos Acordos de alargamento aos funcionários das Juntas de Freguesia, as garantias e regalias dos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa;
  - 9.2 Em cumprimento da Recomendação n.º 1, ínsita no 3.º Relatório de Monitorização da Reorganização Administrativa, foi já produzido o 1º e 2º volume Guia do Munícipe, publicitado no sítio da Câmara Municipal de Lisboa desde 31 de Dezembro de 2015;
  - 9.3 Estão ainda por resolver as questões relativas às Recomendações n.ºs 5., 6. e 7. do mesmo Relatório, onde se determinava:

- 
1. A intensificação dos esforços de resolução das situações de instalações insuficientes das Freguesias em condições adequadas de dignidade e de representação.
  2. O apoio às Freguesias para a substituição progressiva dos materiais e equipamentos transferidos que se revelaram defeituosos ou obsoletos e constituição de equipa interna do Município para manutenção e atualização dos recursos disponibilizados e sustentação técnica das equipas de desenvolvimento de aplicações, nas Freguesias.
  3. O estabelecimento de um conjunto de indicadores de base quantitativa, de aferição da capacitação das Freguesias, consensualizado entre estas e a Câmara Municipal de Lisboa.

9.4 Estão igualmente por resolver as questões relativas às Recomendações alinhadas nos n.ºs 1., 2., 3., 4., e 5. do 4.º Relatório de Monitorização da Reorganização Administrativa, onde se instava a que a Câmara Municipal:

1. Proceda à definição urgente de metodologias relativamente a áreas de atividade cujas responsabilidades de realização se encontram ainda difusas, como seja na limpeza de zonas pedonais, sistemas de drenagem, áreas expectantes específicas e apoio a eventos da iniciativa de munícipes a título individual ou colectivo.
2. Concretize a manutenção evolutiva e corretiva das aplicações informáticas cedidas e instaladas nas Juntas de Freguesia.
3. Apoie as Freguesias na substituição progressiva dos materiais e equipamentos transferidos que se revelaram defeituosos ou obsoletos e constituição de equipa interna do Município para manutenção e atualização dos recursos disponibilizados e sustentação técnica das equipas de desenvolvimento de aplicações, nas Freguesias.
4. Estabeleça um conjunto de indicadores de base quantitativa, de aferição da capacitação das Freguesias, consensualizado entre estas e a Câmara Municipal de Lisboa.
5. Adapte um modelo base, normalizado e uniformizado para os Contratos interadministrativos estabelecidos entre a Câmara e as Juntas, para competências em obras a realizar em áreas estruturantes da cidade, incrementando essa prática de forma equitativa.

6. Aclare definitivamente o conceito de obra estruturante.

7. Assegure que os Formulários, Regulamentos e outras formas de normalização técnica e administrativa que a Câmara produza, se aplicam exclusivamente às áreas de governação partilhada com as Juntas de Freguesia ou da única competência da Câmara Municipal de Lisboa.

9.5 Mantinha-se ainda, a situação de excessiva concentração de responsabilidades executivas nos Presidentes de Junta, não tendo ocorrido desenvolvimentos na questão das alterações ao Estatuto do Eleitos Locais, no sentido de permitir mais um tempo inteiro para um membro da Junta de Freguesia, actuando com competências delegadas pelo Presidente.

## 10 **Recomendações** à Câmara Municipal de Lisboa

A apreciação deste **5.º Relatório de Monitorização** suscitou, além das Recomendações definidas nos pontos 9.1 a 9.5 das Conclusões acima referidas, a aprovação unânime pela Assembleia Municipal das seguintes Recomendações adicionais, para que a Câmara Municipal:

10.1 Atenda ao risco de as Juntas de Freguesia, no quadro da sua autonomia, se encontrem obrigadas por razões de eficiência e por falta de cumprimento das ações referidas em 2. de 9.4 das Recomendações acima, ao desenvolvimento de aplicações informáticas próprias, coibindo a concretização futura de uma gestão abrangente e estabeleça uma equipa interna da Câmara, de apoio permanente à qualidade e integração dos sistemas de informação das autarquias da cidade.

10.2 Produza e distribua à população para melhor e mais completa informação, sob critério idêntico ao adotado aquando da apresentação das circunstâncias na Reforma Administrativa, o Guia do Múncipe em suporte papel, eventualmente sob a forma de prospecto ou volante.

10.3 Promova, de preferência durante o 1.º Semestre de 2016, a efectivação de um Inquérito geral aos Agentes políticos e administrativos da cidade e à população de Lisboa, sobre a percepção dos resultados da Reforma Administrativa de Lisboa.

- 10.4 Complete com brevidade a transferência dos processos de licenciamento para as Freguesias.
- 10.5 Implemente com o acordo das Juntas de Freguesia a transferência para a gestão das Freguesias de mais equipamentos de índole cultural ou de outra tipologia, como adequado às suas competências próprias.
- 10.6 Clarifique, em conjunto com as Freguesias de Lisboa, a fronteira entre as obras de natureza estruturante e não estruturante, como referidas na Recomendação anterior n.º 9, eventualmente através de uma Proposta à Assembleia Municipal de Lisboa, em termos similares à que originou a Deliberação 6/AML/2014, resultante da aprovação da Proposta 4/CML/2014, baseada na Recomendação 4/09 de 2014 produzida por consenso alargado sobre as Propostas n.ºs 915/2013 e 916/2013.
- 10.7 Atente em que a Lei do Orçamento de Estado para 2015 impede através do n.º 2 do Art.º 62.º que outras entidades além de certos municípios, aumentem a despesa com o pessoal e também que a Câmara Municipal deixou de satisfazer completamente as necessidades de transição de pessoal especializado como requerido pelas Freguesias, diligencie junto da Assembleia da República no sentido de permitir a abertura por estas dos procedimentos concursais para admissão do pessoal necessário ao cumprimento das suas missões, como previsto na Lei n.º 56/2012 de 8NOV e na Lei n.º 85/2015 de 7AGO.
- 10.8 Conceda especial atenção à necessidade de consciencialização dos diversos Serviços municipais das novas competências das Juntas, permitindo a rápida assimilação da legitimidade executiva e administrativa das Freguesias.
- 10.9 Proceda ao reajustamento dos recursos financeiros disponíveis nas Juntas de Freguesia e que prejudicam o seu equilíbrio orçamental.
- 10.10 Diligencie no sentido de se promoverem as alterações ao Estatuto dos Eleitos Locais, no sentido de permitir mais um tempo inteiro para um membro da Junta de Freguesia, bem como a possibilidade do Presidente delegar competências, procurando assim resolver a situação de excessiva concentração de responsabilidades executivas nos Presidentes de Junta.

## **B. DESENVOLVIMENTOS**

### **O 6.º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa**

Através da Proposta n.º 273/2016, ora sob análise, a Câmara Municipal submeteu à apreciação da Assembleia Municipal de Lisboa o **6.º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa**, no qual se apresenta o estado-da-arte do Processo de Reforma Administrativa de Lisboa à data de 31MAR16, ou seja, dois anos após a assinatura dos autos de efetivação da transferência de competências pela Câmara e pelas 24 Juntas de Freguesia.

#### **(i) Objectivos da monitorização**

Efectuar uma análise integrada através de relatórios periódicos, actualmente em base semestral, de teor qualitativo e quantitativo, traduzindo o processo de transferência de competências e de recursos para as novas Juntas de Freguesia de Lisboa e bem assim, aferir da sua capacitação administrativa e de serviço público.

#### **(ii) Metodologias desenvolvidas**

A estrutura de monitorização está sustentada e desenvolvida nas bases seguintes:

- a) Observação dos objetivos e princípios fundamentais constantes dos instrumentos políticos, estratégicos e jurídicos da Reforma Administrativa.
- b) Fundamentação em análises e estudos de âmbito nacional e internacional de avaliação de processos de reforma administrativa e de modernização de serviços públicos em territórios urbanos.

#### **1. A transferência de competências e a transição de meios e recursos**

##### **a. Os recursos financeiros**

Os valores globais recebidos por cada Freguesia nos anos de 2015 (realizado) e de 2016 (previsto), por aplicação da taxa de inflação homóloga de 0,96% em cumprimento das disposições da Lei n.º 56/2012 de 8NOV, são os indicados no Quadro 2 a pgs. 28 do Relatório, de que resulta um aumento por essa via, num total executado de **€ 68 986 025,13** em 2015 e previsto de **€ 69 650 360,55** para 2016.

b. Os novos Protocolos entre a Câmara e as Juntas de Freguesia

Desde a data de assinatura dos autos de transferência de competências a 10MAR14, foi crescente a assunção da gestão dessas novas competências por parte das Juntas de Freguesia, tendo sido percebidas uma série de novas necessidades de natureza eminentemente estrutural da mais diversa natureza, as quais têm dado origem a uma nova dinâmica de cooperação interinstitucional, contribuindo para a reconfiguração dos paradigmas de governação da cidade.

Esta cooperação tem assumido designadamente a forma de Protocolos de Delegação de Competências, referentes a dimensões concretas de investimento e de ação administrativa.

Realça-se que, à data do Relatório, tais Protocolos referentes a investimentos em equipamentos, espaços públicos e espaços verdes totalizam já cerca de 7,3 milhões de Euros, investidos sobretudo em obras e manutenção em equipamentos desportivos e zonas envolventes.

c. Os recursos humanos

Desde Setembro de 2014, com vista à satisfação das necessidades de recursos humanos por parte das Juntas de Freguesia, têm-se sucedido diversos processos de transferência através do regime de mobilidade, através de pedidos feitos à Câmara e bem assim em iniciativas próprias através de outras autarquias e de outros órgãos da administração pública.

Ao Grupo de Acompanhamento chegaram informações de transições nesse sentido, tendo alguns funcionários públicos exercido o movimento inverso, das Freguesias para a Câmara, ou utilizado o regime de mobilidade para se colocarem noutras autarquias.

Entretanto, após um novo ano de governação, as Freguesias têm, na generalidade, procurado estabilizar os seus quadros de recursos humanos, parecendo o panorama actual, ser o de valores globais pouco acima dos valores registados há um ano, embora com reforço nas áreas com maior pressão nas necessidades de Mão-de-Obra. Tal não significa, porém, que a provisão em Recursos Humanos esteja completa, notavelmente em relação às evidentes carências no reforço do número e qualidade de Técnicos Superiores e nas áreas administrativas.



Completada que foi a transição dos funcionários camarários, tem a Câmara vindo a apoiar as Freguesias em vertentes ligadas à gestão de recursos humanos, mantendo activa a equipa de atendimento centralizado para esclarecimento aos trabalhadores e também pela produção de um Guia Prático, assim como na área do processamento salarial, em temas de carácter jurídico e dimensões da saúde, higiene e segurança no trabalho. Foram entretanto realizadas dezenas de acções de formação, com cerca de 1200 formandos.

## **2. Organização, instalações e sistemas de informação das Freguesias.**

Dois anos após o início operacional dos movimentos de descentralização administrativa, os processos de reforma das estruturas organizacionais da maioria das Freguesias encontra-se já consideravelmente estabilizadas. Este é porém um campo ainda objecto de relevante atenção, dado que nalgumas situações, não se encontram completos os quadros, nomeadamente em relação à dotação de chefias intermédias e de técnicos, reportando ainda muitos dos funcionários das Juntas, directamente aos membros do Executivo.

Verifica-se ainda, nestes âmbitos, um panorama consideravelmente desigual em que algumas Juntas mostram estar bem dotadas de recursos administrativos, outras quase não tendo alterado os seus quadros e estruturas de suporte. Em múltiplas situações, recorreu-se a contratações de serviços externos para as mais diversas necessidades, nomeadamente nas componentes de controlo de gestão, apoio jurídico, suporte administrativo geral, recursos humanos e mesmo do atendimento ao munícipe.

### **a. Quanto às instalações das Juntas de Freguesia**

Existe a preocupação crescente em quase todas as Juntas de Freguesia de deter adequadas instalações de gestão e suporte administrativo, de molde a suportar quer as novas responsabilidades, quer o correspondente acréscimo de trabalhadores transitados – tanto no âmbito da segunda fase, como numa visão mais prospetiva e a médio/longo prazo.

Verifica-se a existência de três situações de Freguesias em que a situação não está ainda totalmente resolvida, ou com resolução em curso a curto prazo: Belém, Benfica e Marvila (*vide* Quadro 4, constante da página 48 do relatório).

b. Quanto aos sistemas de informação nas Juntas

Continuam a notar-se insuficiências e desfasamentos, nomeadamente nos seguintes domínios:

- i) Mantêm-se as insuficiências inerentes ao funcionamento do GESLIS que embora não estejam diretamente relacionadas com o processo de descentralização e de capacitação das Juntas podem resultar em menor capacidade de intervenção;
- ii) Ainda não foi provisionada para as Freguesias, a aplicação de gestão de contra-ordenações utilizada pela Câmara;
- iii) No domínio do Licenciamento Zero, existe ainda uma necessidade de garantia de inter-operacionalidade entre os sistemas GESLIS e o Balcão do Empreendedor;
- iv) As assimetrias de resultados verificadas entre as diferentes Juntas indiciam que nem todas se encontram a usar os sistemas disponibilizados em todas as suas valências;
- v) Algumas Freguesias têm desenvolvido aplicações informáticas próprias de suporte às suas novas competências, o que determina considerável risco de desenvolvimento e utilização de aplicações informáticas “fechadas” em termos de comunicação com os sistemas da Câmara.

c. Quanto ao atendimento ao munícipe

Dando cumprimento ao determinado pela Assembleia Municipal, foram concluídos no final do ano de 2015 os trabalhos de preparação de conteúdos e de suportes tecnológicos e comunicacionais para a disponibilização à cidade do então chamado “Guia do Município”.

Têm sido diversas as linhas de trabalho desenvolvidas no apoio às Freguesias neste âmbito:

- i) Mecanismos de comunicação permanente com as Juntas de Freguesia;
- ii) Desenvolvimento e a atualização dos sistemas de comunicação e informação;
- iii) Formação dos técnicos de atendimento da Câmara e Juntas de Freguesia;

Os impactos desta estratégia integrada e uma correspondente capacitação destas funções nas Freguesias, tem resultado positivos na crescente estabilização e profissionalização das suas funções de atendimento.

d. Quanto à efectivação de transferência de competências, meios e recursos

- No que diz respeito à Higiene Urbana, não obstante a estabilização dos serviços nestas competências, as análises de monitorização denotaram alguns aspetos ainda a resolver, como seja:

- i) Algumas Freguesias ainda se debatem com faltas de pessoal;
- ii) Subsistem dificuldades associadas ao envelhecimento e a avarias nos equipamentos mecânicos e veículos recebidos da Câmara;
- iii) Várias Freguesias mantêm em aberto questões de base ligadas à dotação de instalações e postos de limpeza.

- Na área dos Espaços Verdes, mantêm-se as principais preocupações analisadas em Outubro de 2015, nomeadamente:

- i) Permanecem constrangimentos nas tarefas de manutenção de proximidade, nomeadamente por falta de meios financeiros, humanos e materiais (mecânicos e instalações);
- ii) A situação da gestão do arvoredo de alinhamento mantém-se com dificuldades relevantes;
- iii) As Freguesias têm indicado como elementos essenciais para uma melhor acção, o reforço dos quadros de pessoal e eventual contratação de serviços;
- iv) Ao nível dos projetos para o futuro, tem sido sublinhada a necessidade de uma optimização de custos, através da requalificação dos sistemas de rega, criação de sistemas de aproveitamento de águas pluviais e instalação de sensores de precipitação.

- No domínio da manutenção do Espaço Público, considera-se que a ação de gestão e manutenção por parte das Freguesias decorre de forma satisfatória, estando inclusive a ser levadas a cabo acções que visam a melhoria da utilização dos espaços públicos. As taxas de resolução das ocorrências registadas de 78% são consideradas bastante razoáveis, perante um relevante movimento de transição com inevitável instabilidade. Releva a óbvia necessidade de melhoria na articulação entre os serviços camarários e os das Freguesias em diversos pontos essenciais, desde logo, na clarificação definitiva do que é estruturante e não estruturante, registando-se ainda dúvidas significativas nesse campo, havendo entendimento generalizado de que se deverá proceder à sua mais fina definição.

Ainda em matéria de espaço público, afigura-se urgente a transferência definitiva para as Juntas de Freguesia, dos Licenciamentos Especiais de Ruído bem como a conclusão dos licenciamentos de venda ambulante e de bancas de comes e bebes.

- Quanto aos equipamentos escolares, a Câmara tem sido responsável pela realização das principais obras nas escolas, até porque em muitos dos casos se trataram de problemas existentes antes da transferência das competências para as Freguesias e por se tratarem de intervenções com carácter estruturante.

Assim, e para além das diversas intervenções de pequena escala que cada Junta tem empreendido nas suas escolas, a Câmara realizou ao longo destes dois últimos anos múltiplas obras de beneficiação geral ou parcial, como se pode aferir no Quadro 10 do relatório a pgs 132.

- Relativamente aos equipamentos desportivos, mantêm-se algumas situações de desentendimento quanto às responsabilidades de cada entidade em questões de manutenção e sobretudo nas situações de necessidade de realização de obras ou investimentos de carácter mais profundo e permanente, destacando-se o caso das piscinas, por deterem especificidades próprias – incluindo serem importantes centros de custos e proveitos – que implicam investimentos e necessidades de manutenção muito relevantes.

Recorde-se que a maioria das piscinas municipais que transitaram para as Freguesias são estruturas edificadas há cerca de 10 anos, requerendo necessidades de manutenção e intervenção significativas.

As Freguesias e a própria Câmara realçam o facto de os resultados de exploração de diversos equipamentos serem deficitários, perante o carácter social das tarifas e tabelas de preços vigentes.

Diversas Juntas aprovaram novas tabelas de preços e novos critérios de descontos ou de isenções, com alguns aumentos relevantes e diferenciação de tarifas para residentes, através de descontos.

- Na área da Cultura, foi reaberto o espaço Biblioteca-Museu República e Resistência com novas funções culturais de natureza diversa, espectáculos, exposições, conferências, reuniões e oficinas, passando a denominar-se *Forum Grandella*.

Sendo notória a crescente dinâmica e capacidade autónoma de gestão cultural, por parte das Freguesias, continuam por resolver algumas questões, como sejam:

- i) Nem sempre são comunicadas ao Município todas as actividades que se desenvolvem autonomamente nas Bibliotecas, o que não permite construir uma

via de compatibilidade, nem permitir uma visão de conjunto de todas as atividades culturais nos equipamentos da cidade;


- ii) As ações de formação promovidas pela Câmara são exclusivamente dirigidas à Avaliação de Desempenho e têm contado com um número muito reduzido de representantes das Freguesias;
- iii) O procedimento de actualização e desenvolvimento do sistema *Horizon* está a demorar mais tempo do que previsto.

- Por fim, quanto à área do Licenciamento, as análises desenvolvidas pelo Grupo de Acompanhamento confirmam que ao longo do ano de 2015 a maioria das Freguesias foram assumindo de forma crescente e sustentada as respectivas competências, sendo determinante a garantia de apoio permanente por parte do Município.

e. Quanto às linhas de acção futura

O panorama geral após dois anos da presente Reforma Administrativa mostra que, não obstante determinados aspetos ainda carentes de estabilização, está já em pleno curso uma nova fase na prestação de serviço público, com sistematização de instrumentos de base integradora nas mais variadas áreas da administração urbana, para que o novo paradigma de governação e desempenho das competências e das responsabilidades autárquicas, subentendido aos objectivos da reforma administrativa ganhe estabilidade, nomeadamente através de:

- i) Actualização dos Regulamentos do espaço público em que a governação é partilhada, nomeadamente o Regulamento do Mobiliário Urbano e de Ocupação da Via Pública (em vigor o Edital 101/91);
- ii) Aprovação do novo Regulamento de Resíduos Sólidos da Cidade de Lisboa;
- iii) Aprovação e implementação do Plano Municipal de Gestão de Resíduos de acordo com o PERSU 2020, entretanto já aprovado na Assembleia Municipal;
- iv) Apreciação do Plano do Arvoredo de Lisboa e da Proposta de Regulamento Municipal do Arvoredo de Lisboa;
- v) Protocolo com as Juntas de Freguesia que estabeleça o intercâmbio entre as várias autarquias, no âmbito dos eventos a desenvolver em espaço público, em meios e recursos nas áreas de limpeza urbana, estruturas e instalações elétricas;

- 
- vi) Implementação da monitorização da qualidade de serviço da remoção de resíduos urbanos e limpeza do espaço público no âmbito das competências camarárias e das Juntas de Freguesias;
  - vii) Articulação das estratégias de comunicação na área dos resíduos e da limpeza pública;
  - viii) Reforço dos meios mecânicos que assegurem a satisfação da assistência aos equipamentos de deposição de Resíduos Urbanos na via pública.

## PARTE II

### a) Apreciação do processo que faz o Grupo de Acompanhamento

O Relatório tem em consideração o desenvolvimento das áreas objecto de recomendações emitidas pela Assembleia Municipal de Lisboa no seguimento da apreciação dos relatórios de monitorização anteriores.

Ao longo de 2015 foi-se denotando, por formas cada vez mais evidentes, a crescente assunção e capacitação das Freguesias no exercício das suas funções.

Essa é, aliás, uma das mais claras constatações deste segundo ano desta Reforma administrativa, de que as freguesias da cidade continuam a criar e a desenvolver posturas e soluções de carácter diferenciador da anterior actividade camarária, quer no que respeita às áreas de competências herdadas, quer ainda em novas dimensões de ação pública de proximidade entretanto abertas.

De processos mais eficazes e ecológicos de limpeza urbana a cartões de apoio ao comércio de bairro; de uma maior autonomia e responsabilidade na gestão de diversos equipamentos à crescente interação com as associações locais na programação e ocupação destes; das lojas e serviços sociais aos apoios semi-directos ao empreendedorismo; dos orçamentos participativos de freguesia e ao atendimento permanente ao cidadão por via electrónica.

O panorama global é o de uma multiplicação de ideias, de propostas e de soluções na governação urbana de proximidade em Lisboa. Um panorama que se encontra reconhecido de forma cada vez mais evidente pela população da cidade e de cada uma das suas novas Freguesias.

A estabilização dos processos de transição é particularmente evidente ao nível do ambiente urbano, a primeira área sujeita às dinâmicas de descentralização.

Não obstante a boa evolução da Reforma como um todo, reconhece-se que se mantêm ainda várias áreas a carecer de melhoria:

- i) Na necessidade de clarificação de competências e de recursos;
- ii) Na busca de melhores equilíbrios nas responsabilidades de administração da cidade;
- iii) Na construção e posicionamento de adequados instrumentos de apoio, de suporte e de regulação;
- iv) Na transferência para as Freguesias dos Licenciamentos Especiais de Ruído bem como a conclusão da transferência dos licenciamentos de venda ambulante e de bancas de rua;

Sendo também notável que:

1. Algumas Freguesias mantêm a perspectiva de existirem desajustamentos nos seus recursos financeiros, face às novas responsabilidades e tal não obstante as alterações introduzidas pela Lei n.º 85/2015 de 7AGO.
2. Face às necessidades de espaço de trabalho em virtude da ampliação das competências e de recursos, em diversas instalações das Juntas, comprovou-se ser necessário proceder a obras de requalificação e/ou mesmo de ampliação, nomeadamente em três situações, não totalmente resolvidas, ou de resolução a médio prazo em Belém, Benfica e Marvila.
3. Ao nível da administração das Freguesias, existe ainda a necessidade de reforço e estabilização de determinados tipos de recursos, sobretudo no provimento de técnicos superiores, assim como desenvolvimento das aéreas de suporte administrativo.
4. Os Serviços camarários necessitam ainda de se adaptar mais devidamente às novas realidades de governação de proximidade na cidade e notavelmente nos âmbitos de uma mais adequada comunicação com as Freguesias.
5. Mantêm-se relevantes insuficiências bem como riscos de dispersão na área dos Sistemas de Informação. Por seu lado, algumas Juntas têm desenvolvido aplicações informáticas próprias de suporte às suas novas competências.
6. É relevante referir que nos termos da LOE de 2016, uma das áreas de maiores desfasamentos anteriormente existentes – a da adequada capacitação e suporte dos executivos das Juntas de Freguesia de Lisboa – foi, entretanto, melhorada de forma considerável. Verifica-se no entanto ser ainda insuficiente a provisão incluída no Orçamento de Estado para 2016, faltando a capacidade de subdelegação das

competências delegadas no Presidente de Junta noutros Membros do Executivo ou ainda em Dirigentes Autárquicos.



### PARTE III

#### a) Conclusões

1. Não obstante existirem ainda Recomendações desta Assembleia à Câmara Municipal de Lisboa sem uma conclusão definitiva, é de notar que tem sido feito um esforço para dar resposta às questões levantadas.
2. Decorridos dois anos sobre a assinatura dos Autos de Transferência, é evidente ser a Reforma Administrativa uma mais valia para a cidade e seus Municípios.
3. A gestão de proximidade trouxe um melhor serviço às populações e uma resposta mais rápida e eficaz aos problemas diários.
4. Dada a dimensão da Reforma, pode afirmar-se que a transferência de competências, recursos e meios correu de forma adequada e que Lisboa, hoje, está melhor governada e gerida.
5. A fase subsequente deverá insistir-se na melhoria do nível de serviço público, procurando a maior eficiência e eficácia, permitindo assim responder melhor aos anseios das populações e apostar em novos investimentos.

#### b) Recomendações à Câmara Municipal de Lisboa

A apreciação deste **6.º Relatório de Monitorização** suscita que se reiterem à Câmara as Recomendações seguintes que não obtiveram ainda resolução satisfatória, além das de carácter geral, em eventual curso de execução:

1. Atenda ao risco de as Juntas de Freguesia, no quadro da sua autonomia, se encontram obrigadas, por razões de eficiência e por falta de manutenção evolutiva e corretiva das aplicações informáticas cedidas e instaladas pela Câmara, ao desenvolvimento de aplicações informáticas próprias, coibindo a concretização futura de uma gestão abrangente e estabeleça uma equipa interna permanente da Câmara, de apoio à qualidade e integração dos Sistemas de Informação das autarquias da cidade.
2. Produza e distribua à população para melhor e mais completa informação, sob critério idêntico ao adotado aquando da apresentação das circunstâncias na





Reforma Administrativa, do Guia do Múncipe em suporte papel, eventualmente sob a forma de prospecto ou volante.

3. Proceda com urgência à efectivação de Inquérito Geral aos Agentes políticos e administrativos da cidade e à população de Lisboa, sobre a percepção dos resultados da Reforma Administrativa.
4. Complete com a maior brevidade a transferência dos processos de Licenciamento para as Freguesias.
5. Clarifique de forma muito fina e em conjunto com as Freguesias de Lisboa, a fronteira entre as obras de natureza estruturante e não estruturante.
6. Conceda especial atenção à necessidade de consciencialização dos diversos Serviços municipais das novas competências das Juntas, permitindo a rápida assimilação da legitimidade executiva e administrativa das Freguesias.
7. Proceda por via negocial com as freguesias, em termos individualizados e similares aos adoptados nos Acordos de Transferência de MAR2014, ao reajustamento dos recursos financeiros disponíveis nas Juntas de Freguesia e que prejudicam o seu equilíbrio orçamental.
8. Continue o processo de dotar todas as Freguesias de forma equitativa de instalações suficientes para as suas acções administrativas e em condições de dignidade de representação.
9. Adopte um modelo base, normalizado e uniformizado para os Contratos Interadministrativos estabelecidos entre a Câmara Municipal e as Juntas, facto que se reveste de especial importância em casos de delegação de competências camarárias em simultâneo em várias Freguesias de Lisboa, como ocorre no pacote de Delegação de Competências de Julho de 2016.

A apreciação da Proposta n.º 273/2016 cumpriu o prazo fixado pela Presidente da AML ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento para a emissão deste Parecer, estando assim em condições de ser debatida e votada em Plenário da Assembleia Municipal de Lisboa, reservando os Grupos Municipais e Deputado Independentes a expressão do seu sentido de voto para o Plenário da Assembleia.

Este Parecer foi APROVADO pela Unanimidade dos Grupos Municipais e Deputados Independentes representados ou pertencentes na/à 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes Municipais.

Assembleia Municipal de Lisboa, 6 de Julho de 2016

A Presidente da 1.ª Comissão

O Presidente da 5.ª Comissão

---

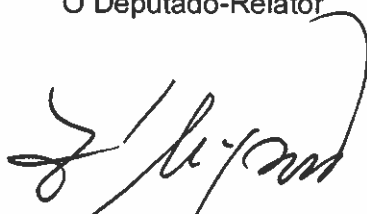
(Irene Lopes)

---

(Miguel Coelho)

O Deputado-Relator

A Deputada-Relatora



---

(João de Magalhães Pereira)

---

(Sofia Oliveira Dias)